

A Palavra Divina na Surdez do Rio Babel

Amarílis Tupiassú - UNAMA



O verbo falar, de vital importância ao ser humano, revestiu-se de magna essencialidade quando se empreenderam, no mundo ocidental, as tarefas de colonização daqueles que o europeu englobava como a gentilidade. No Brasil, não haveria de ser diferente, depois do reencontro do português com a terra conquistada, mantida em certo esquecimento por mais de trinta anos. Às ações de explorar-povoar, que enuncio em um único sintagma geminado por tratar-se de verbos em mútua implicação, atrelaram-se às conjugações de converter, escravizar, destituir. Costurando as malhas de suas bem urdidadas peças persuasivas, os religiosos que aportavam ao Brasil tratavam de cativar as almas dos índios, ou imprimir naquelas consciências, tomadas equivocadamente como páginas em branco absoluto, as ordenações da ideologia cristã.

Para isso, ditava-se, como tarefa vital à colonização, dominar também os idiomas do índio. Ao padre cabia muito mais o trato das almas. E, para alcançar a alma, o meio, o instrumento essencial era o domínio da fala. Já escravizar o índio e apoderar-se de sua força de trabalho eram tarefas mais restritas ao colono que, movido à insaciável cobiça, submetia as populações nativas a tratamento degradante e envidava todas as formas, lícitas e ilícitas, para dobrá-las e esgotá-las sob as tenazes do trabalho que aviltava e assassinava.

Tudo começa, quando aporta, no longínquo Brasil trintão, o padre Manuel da Nóbrega que

tanta [era sua] caridade, mortificação própria, tino prático e zelo, que ao tratar-se de fundar a Missão do Brasil, o seu nome se apresentou como capaz de tão grande empresa; e para ela o nomeou o Provincial de Portugal e o enviou El-Rey D. João III na armada de Tomé de Sousa. (NOBREGA, 2000, p. 13).

Corria o ano de 1549. Manuel da Nóbrega trazia entre as suas acarinhadas ânsias três mais urgentes e decisivas: converter o ser a quem o dominador designava com o pejorativo vocábulo gentio; depois, urgia cortar o mal pela raiz, isto é, educar ou reprogramar desde muito cedo a mente dos meninos índios, salvá-los, diziam, dos apelos da gentilidade e, por fim, aí sim, era preciso morigerar os excessos, a lubricidade libertina também do próprio branco colono. Sua missão, os jesuítas proclamavam, “tocava sobretudo à pureza dos costumes e liberdade dos índios”, (NÓBREGA, 2000, p. 13). Essas resoluções foram as mais caras e cultivadas pelos missionários de boa vontade, com ênfase por José de Anchieta que, segundo Jorge de Lima, compreendeu de imediato que jamais converteria a contento o índio sem uma significativa quota de prazer.

Com efeito, a lucidez sobre o poder do discurso explorado, sob todas as formas, a lúdica, sobretudo, no caso de Anchieta, junto às tarefas da colonização espiritual, conferiu à linguagem o papel de instrumento mais eficaz de ação missionária.

Essa convicção, desde o início dos trabalhos de conversão em terras brasileiras, elevou a língua do índio a objeto de interesse máximo num tempo em que indígena e evangelizador viviam ainda como se num breve rito cordial de aproximação à chegada, um tempo exíguo, é verdade, quando se apropriar da fala do originário habitante do Brasil era o único meio de estender e fortificar vínculos para estabelecer no coração do ameríndio a emoção cristã capaz de obscurecer experiências místicas e crenças ancestrais.

Tratava-se de anular o índio enquanto ser anterior às empresas marítimas europeias, amordaçá-lo e plasmar, sobre o índio original, um outro indivíduo reformulado, civilizado, diziam, um índio de reconfiguração europeizada. Este era o ideal missionário. É indubitável que só do exímio trato com a palavra sobreviria o êxito nas transformações ansiadas. Os padres agiam como se pudessem operar, por um sistema venoso do nativo, transfusão de conteúdo - do colonizador ao ameríndio. Isso porque, não havia como duvidar, a concretização do projeto santificador dependia da ativação de um código comum aos sujeitos (colonizador e índios) envolvidos nesse episódio preliminar, não de trocas, pensava-se, e sim de absorção do ideário do que o branco estabelecia como cultura superior. Abrir vias à efetivação de um código comum foi um dos maiores, senão o maior, dos desafios, um custoso investimento a cargo dos missionários, agentes que compunham a classe dos letrados, dos que pensavam, liam, ensinavam e, assim, tornavam-se responsáveis pelas principais tarefas intelectuais ao tempo, ou seja, gerariam, esses promotores da tarefa missioneira, os meios de ativar os códigos de dominação espiritual e física.



Nóbrega e Anchieta, os primeiros sacerdotes da igreja católica a atuar no Brasil, saíram então a campo para agenciar essas diretrizes a aplinar as barreiras verbais que opunham, em espaços opostos, dominador e dominado.

Lembro nesta oportunidade que Anchieta, diferentemente de Manuel da Nóbrega (este o cérebro, o mentor das regras que presidiam as relações entre dominantes e dominados na colônia), não só aprendeu muitos falares indígenas como escreveu a primeira gramática do tupi, assim como peças teatrais, poemas, textos para representação, muitas dessas produções literárias vertidas para o idioma tupi, uma prática acionada à abertura de caminhos mais eficientes à atração e posse da consciência dos índios. Falar, escrever em tupi era garantia de sucesso à doutrinação. E, se Manuel da Nóbrega não chegou a dominar os idiomas locais, Anchieta tornou-se fluente e aproveitou-se dessa condição para bem cumprir com as atribuições a si confiadas pelo Estado Português.

Desde então, as prédicas, a moeda com poder decisivo sob a posse do missionário, firmaram-se repletas de imagens esplendorosas do paraíso cristão, algo de que o indígena seria subtraído, caso não acedesse em absorver os preceitos da fé e agir conforme os mandamentos católicos.

É preciso aludir aqui ao medo, às imagens aterrorizantes de que os padres se municiavam para incutir nos índios o pavor ao inferno. Operar os ícones, os símbolos, o discurso do medo funcionava com eficácia, agia rápido, impelia o ameríndio à aceitação dos preceitos cristãos que o europeu sabia manipular como força coatora. Claro que sempre houve as nações, ou grupos, ou índios que ousavam repelir as práticas missionárias, o que os cronistas, de maneira geral, comprovam. E reprovam. Atestam também quanto podia ser alto demais o preço da rebeldia. O índio ou acedia brandamente em despir-se de seu universo cultural ou despencaria na perdição, abrasaria, nas labaredas, acossado pelos pontiagudos tridentes infernais, sob os quais, por toda a eternidade, penaria sem remissão. Era impossível, a quem quer que fosse, índio ou não, naquele Brasil (aliás, na Europa também), sobreviver fora dos círculos cristãos. Era imprescindível ser católico, cristianizar-se, ou não se sobreviveria num mundo onde se aspirava e respirava cristianismo.

Mas não só ao medo, a muitos e aterrorizadores medos, recorriam os missionários, para apascentar e domar os refratários. A palavra, em trâmite a muitas vazões

de alegria, foi também recurso da conversão. Jorge de Lima, não obstante o tom brincalhão, ou melhor, chocarreiro e alguma leiva preconceituosa contra os primitivos habitantes do Brasil, dá uma idéia talvez bem fiel da inventiva, da intuitiva utilização de uma imagética paradisíaca e infernal por um Anchieta devotado por inteiro ao esforço por doutrinar o nativo a expensas do prazer e do pavor, da fruição da arte:

E o processo mais prático, mais pedagógico, mas intuitivo, não era fazer o índio compreender a religião: era primeiro, fazer o índio gostar da religião. Havia uma intenção montessorica nos processos do padre. De cincoenta léguas em torno affluíam aymorés e tamoyos para assistirem ao ato d'elle. "O Mistério de Jesus", auto por elle composto e representado pelos índios da missão, foi um successo de arromba entre a bugraria. Como só homens representavam no palco improvisado no meio da mata, um índio apparecia fantasiado de Nossa Senhora, enquanto outros representavam anjos e diabos, Nero, Júpiter, Guaxara, Saravana, São Sebastião, São Lourenço, o Cão Grande, o Gavião[...].

Ninguém ficava surpreso de ver Saravana de braços dados com a Virgem Maria. Nos bastidores, no intervalo de qualquer entreacto São Sebastião cachimbava ao lado de Júpiter. Os versos tupis soavam cadenciados, as deixas eram attendidas em cima da bucha. Anchieta, autor, ponto e contra-regra, dirigia as scenas. E no fim do terceiro acto, vencidos os diabos, os imperadores, os maus espiritos da floresta, a indiaria embasbacada e depois exultante pelo successo da representação, caía num fervor carnavalesco de treme-terra, cadenciado a passo de siri-congado e rythmado de tambores, bombos, catecás e curugús [...]. (LIMA, 1934, p. 46).

Um século depois, entender e anular os entraves lingüísticos interpostos entre cristianizador e aquele a cristianizar é ainda o motivo da fundamental preocupação do colonizador. É que já avançávamos ao século XVII de Antônio Vieira. Recém-chegado em 1653 ao então Estado do Maranhão e Grão-Pará, o Padre passa a desdobrar, com o mais intenso vigor, com insistência, parte de sua lavra discursiva, o labor de sua magnífica parenética, para enfatizar o quanto era decisivo à Missão dominar mais linguagens nativas, para que bem se desenvolvesse a colheita missionária, a doutrinação, em que se daria, para a fortuna dos colonos, a escravização do índio, e, para o gáudio dos missionários, sobretudo, o refinamento, a europeização, a cristianização do discípulo-índio.

A base dessa reformulação, desse torcer/distorcer a mente do indígena à absorção da cultura européia, exigia o uso de todos os instrumentos de coação/conversão, poesia, teatro, musicalização, arte pictórica, as artes, quantas se enquadrassem aos apelos do que se propunha, um aparato diversificado, tudo, enfim, moldado sob o absoluto gosto do europeu, já que se partia da pressuposição de que o que fizesse parte da cultura dos nativos eram aberrações, contrafações, desrazão. No entremeio dessas práticas, as preleções eram ilustradas com um bem engendrado jogo imagético, de prefigurações plásticas, de tessitura o mais palpável possível, para im/pressionar o índio; e afluíam as figuras de linguagem, principalmente, as antíteses que descreviam as benesses do céu e as danações do inferno. Para ênfase ao contraste, urgia abrir os veios verbais, construir condutos à linguagem comum. Logo as páginas da Bíblia eram lidas e interpretadas à guisa de exemplo, de falantes espelhos a exaltar a verdadeira virtude;

paralelamente, desdobravam-se quadros ilustrativos das expiações infernais. Essas sessões eram tiro e queda direto no alvo. Funcionavam como uma das mais atuantes armas para dobrar o índio à aceitação do cristianismo.

Alguns dos sermões vieirianos são autênticos tratados de hermenêutica e exercício de metalinguagem. Lendo-os, depreende-se que se organizavam a partir de um projeto, de um programa de conversão, assim como deixam claro que entre Manuel da Nóbrega, Anchieta e Vieira os tempos são bem outros. Na colônia do século XVI, é evidente muito mais a premência de contato com o índio. Cabia atraí-lo até com doçuras e enleios, tamanho o desejo de arrebanhá-lo às hostes cristãs. A esse afã, instituía-se um trato quase ingênuo entre as duas partes, o que se pode depreender dos poemas e das representações cuja autoria e direção advêm da inteligência irrequieta e ativa de Anchieta, incansável em arquitetar maneiras de anular e transformar o pensamento do ameríndio.

Pelo contrário, a Missão à época de Vieira precisava constituir-se de muito mais, precisava ir além de motivações mais válidas no tempo de Anchieta. Dir-se-ia que, apesar das muitas dificuldades decorrentes das distâncias a serem vencidas, tantas vezes com o enfrentamento de tribos resistentes que tentavam barrar, hostilizar até a morte a ação colonizadora, Anchieta tinha como encargo central atrair um público, uma platéia receptiva e participativa que era convencida, cristianizada à força de estratégias bem engendradas a seus fins, principalmente os que faziam apelo à participação com o uso de meios prazerosos. Já Vieira, movia-se à necessidade de encontrar meios para fazer valer a fé cristã e, ao mesmo tempo, tentar nulificar a desmedida ganância do colono, ávido, insaciável no exigir e efetivar em seu único proveito a desumana exploração do índio, a força de trabalho gratuito, quero dizer, força escrava, pois, segundo Vieira, o colono pensava poder estender a mão e tão-só colher pencas de índio, quando assim o quisesse, no quanto e no jeito que desejasse, bastando ir às cerradas brenhas onde as forças opostas se esbatiam naquelas disputas sem quaisquer normas, longe da metrópole. O padre João Daniel, que viveu muito depois de Vieira, de 1741 a 1751 no palco dessas discórdias amazônicas, melhor disse sobre o assunto: "Eu só direi que havia tanta facilidade nos brancos em matar índios, como em matar mosquitos [...]". (DANIEL, 2004, I, p. 352).

A posse e o trabalho do índio eram amparados por leis, na verdade, protegidos por disposições oficiais inócuas, autênticas letras mortas, que os jesuítas, Vieira à frente, intentavam fazer valer.

E a voz de Vieira passa a expressar com veemência um acentuado tom moralizador, edificante, uma fala engendrada com apoio e em analogia com os relatos bíblicos, os quais o sermonista sempre atualizava ao movimentar um discurso cuja linha de força era a exortação à boa ordem, à bondade, à fraternidade, ao respeito à lei. Esse apelo ecoava por todos os rincões da colônia, a fim de que pudesse germinar e prosperar um pensamento arejado pelo bem, sob as bênçãos de Deus e de sua clemência, pronto a perdoar e reinstaurar um novo colono, arrancado das garras malélicas da materialidade, do acúmulo de riqueza, isto à custa do aniquilamento, do total desprovimento do indígena.

O sermão de Vieira assume cumulativamente esse outro urgente intuito, quando se impõe como face especular ou receptáculo de moralidade, a partir de que, ele o crê, frutificariam as disposições do divino. É isso que o pregador, evidencia, enquanto tece ilustrações, a partir de quadros bíblicos que, por analogia, concretizam a situação



de desmando da colônia. Muitas vezes, os promotores da desordem se encontram à escuta de Vieira, à sua frente, instalados na plateia ante o púlpito, a bem receber, na face, a lufada acusatória de um padre que clama pela reformulação dos valores. Vieira é incansável em estabelecer analogias entre os desmandos da colônia e os exemplos não edificantes das escrituras, bem como em evidenciar os acontecimentos aterrorizantes a que assistia no Estado do Maranhão e Grão-Pará, as escabrosidades que tentava barrar com as chamadas, as advertências, os exemplos bíblicos, exemplos em que os pecadores eram punidos, os quais atuavam como indiretas, às vezes, diretas mesmo, símiles do contexto sócio-cultural-econômico do norte do Brasil.

A Missão desvincula-se assim daquela atmosfera meio edênica de 1549 da vinda de Nóbrega e do pós-1553, quando Anchieta pôde atrair o índio para aspergir sobre este as graças divinas. À época de Vieira, o colono postava-se sempre em alerta, à ronda por apoderar-se do índio. Municiaava as armas da ambição, num grau tão agudo, que se modula, na voz do Padre, também desmedida violência verbal, à tentativa de soffrear o colono decidido a conspirar des/acordos à escravização tão total do indígena, num tempo (o de Vieira) já pautado por novo modo de exploração colonial.

É preciso que se diga que as leis para a conversão elaboradas por Manoel da Nóbrega (Tratado de Conversão do Gentio –1558) já previam a necessidade de remoldar moralmente índio e colono e não só evangelizar. São muitas as críticas de Nóbrega à devassidão, à imoralidade, diz ele, reinante entre os colonos daquele Brasil, não deixando de atacar, por isso, os índios, por sua suposta lubricidade, pelos modos ditos desavergonhados, por sua nudez, sua poligamia, sua vida livre, suas beberrias, como não se cansam de acusar todos os cronistas, suas festas, seu riso, seu *carpe diem* sem dolo nem culpa.

Levando em conta essa preocupação, os sermões de Vieira acabam por ser o leito da palavra vista como a veraz, a coatora palavra que deixa a descoberto os sentidos do bem contra o mal, sendo Vieira, a voz exortadora, que se propaga continuamente com o fito de impor mudança, via preceitos cristãos, na medida em que suas prédicas, como se disse, constituem-se como reiteração e reprodução da voz do eterno (o texto bíblico), atualizável, mediante a correspondência entre Velho/Novo Testamento e o universo ideológico português de seiscentos.

Diversas foram as frentes militantes de Antônio Vieira em discórdias cuja arena são principalmente suas cartas, seus papéis, seus pareceres e principalmente seus sermões, seu brado público, destinado, de modo geral, a platéias distintas. Uma delas foi constituída pelo cortesão do Reino, num confronto em que as tensões maiores se acumulavam à volta das diferenças quanto à atitude política a ser adotada diante dos impasses pátrios advindos da dúbia defesa lusitana frente à insistente ronda invasora de outros povos europeus, sobretudo franceses e holandeses, às possessões portuguesas d' além mar.

A segunda platéia, outra fonte de grandes desavenças, compunha-se de outras ordens religiosas aliadas a forças políticas que discordavam das idéias de Vieira. Essa voz, pontuada por ânsia e esperança, surge da necessidade do soerguimento econômico-político português, vital à salvação do Reino minado por turbulências e disputas, o que significa mencionar a defesa da hegemonia portuguesa no contexto do seiscentismo. A este público, proveniente das dissensões que chegam a expulsar Vieira de Portugal, organizam-se, por exemplo, as diatribes do Sermão da Sexagésima, pregado na



Capela Real, 1655, uma verdadeira aula-magna de parenética, de bem falar, escolhida pelo autor como uma espécie de prelúdio quando da publicação dos Sermões. Esse sermão, indubitável peça de altíssima excelência metalingüística, fonte de vibrante linguagem que da própria linguagem se nutre, requisita clareza à fala conversora, assim como um lógico engendramento de fundo e forma, para que o texto alcance a eficiência e a eficácia de qualificada predicação católica. Até no brilho desse sermão tão bem urdido, de apaixonante tecido verbal, fazem-se ouvir, na metrópole, ecos dos distúrbios que centralizam o dito gentio da colônia.

O terceiro público, cortesão, português também, é aquele que se traslada para a colônia ao norte do Brasil, um espaço que materializa para o português idéia absoluta de vago, longínquo infinito, um espaço de horizontes inalcançáveis à orla e no intrincado da quase impenetrável floresta dos trópicos, emaranhado de linguagens e de seres jamais dantes imaginados, palco do desprovento e do excesso, do mistério e do inesperado. O colono acredita repousar ali o filão de qualquer possível eldorado, de todas as manhas, o entremeado dos prodigiosos tesouros de multidões de amazonas.

E excita-se a cobiça e, em contraposição, o insistente bordão de Vieira a golpear a culpa daqueles homens do Maranhão e Grão-Pará, o teatro de discórdias entre colono e índios/jesuítas, um lugar onde o colonizador gravou uma das mais cruentas páginas do genocídio perpetrado contra o ameríndio do Brasil.

Pelo menos três sermões de Vieira abrigam preferentemente como que uma síntese dessa difícil relação. Mas é em escritos da vida prático-pessoal que o Padre expressará com datas e outros dados factuais e com tintas dos mais horripilantes matices, as notas acerca das atrocidades cometidas contra o homem nativo. É comum ler, nos seus escritos, denúncias exasperadas que se expressam em tom de desalento e desesperança. De uma feita, dirá que “As injustiças que se fazem a esta pobre e miserabilíssima gente não cabem em nenhum papel”.(VIEIRA, 1951, I, p. 183).

Textos como o que reproduziremos abaixo nos levam a este ensaio também de defesa, de desagravo a Vieira, uma vez que, mesmo historiadores, alguns intelectuais, talvez não afeitos à leitura da obra toda de Vieira, deslizam à impropriedade de situar este jesuíta em pé de igualdade com os gananciosos colonos portugueses e brasileiros sedentos de sempre mais e mais fartos lucros, todos considerados igualmente promotores das ações genocidas contra as populações indígenas. Vieira decididamente não foi um genocida, é preciso deixar claro. Talvez um dos grandes triunfos de descriminalização do colonizador Padre Vieira seja o fato de ele ter escrito e ter legado à humanidade muitas páginas de denúncias factuais com cifras, datações e localizações do genocídio a que ele assistiu e frente a que ele não foi omissor. Basta ler esta seguinte Resposta de Vieira para concluir que esses historiadores incorrem no erro da generalização, uma prática inaceitável quando se intenta o discurso histórico, a dissertação científica. Eis um excerto elucidativo quanto aos propósitos do Padre, em contraposição aos dos colonos. Vejamos um exemplo em que Vieira não poupa palavras graves para denunciar a sanha, a cobiça assassina do colono:

Foram tais os meios com que os moradores do Maranhão [e Grão-Pará] obraram este chamado avassalar dos gentios, que desde o princípio do Mundo, entrando o tempo dos Neros e Dioclecianos, se não executam em toda a Europa tantas injustiças, crueldades e tiranias

como executou a cobiça e impiedade dos chamados conquistadores do Maranhão, nos bens, no suor, no sangue, na liberdade, nas mulheres, nos filhos, nas vidas e sobretudo nas almas dos miseráveis índios; as guerras as faziam geralmente sem causa justa nem injusta, e sem poder nem autoridade real que para isso tivessem, antes contra expressas leis e proibições, matando, roubando, cativando, e, nos injustíssimos cativeiros, apartando os pais dos filhos, os maridos das mulheres, assolando e queimando as aldeias inteiras, que ordinariamente feitas de folhas secas e palma, abrasando nelas vivos os que não se queriam render para escravos, rendendo e sujeitando pacificamente a outros com execráveis traições, prometendo-lhes confederação e amizade debaixo da palavra e nome do Rei, e depois que os tinham descuidados e desarmados, prendendo-os e atando-os a todos, e repartindo-os entre si por escravos, vendendo-os ainda com maior crueldade [...].



Nas sobreditas ocasiões destruíram os Portugueses mais de dois milhões de índios em haver de sua parte outro titulo mais que a cobiça dos escravos com que as aldeias populosas dos índios, que desde a ilha do Maranhão até os rios dos Tapajós eram infinitas, quando os padres foram àquele Estado, estavam todas reduzidas a pouquíssimas aldeotas. (VIEIRA, 1951, v.5).

Talvez o mais apropriado documento para demonstrar que a ação dos jesuítas diferia da dos colonos brasileiros e portugueses, que só queriam lucros e mais lucros, quaisquer fossem os meios, seja a longa Carta de Vieira ao Rei D. Afonso V, escrita no Estado do Maranhão e Grão-Pará, datada de 20 de abril de 1557. A Companhia de Jesus admitia, sim, a escravização dos índios. A Companhia cultivava seu pequeno plantel de escravos, escravos legais, ela dizia, conforme os padrões da ideologia escravista ao tempo. Vieira justifica poder sim existir uma categoria de escravos (os vencidos nas infames guerras justas, assim como os índios atados de corda, prontos a serem comidos por outros índios), porque:

Tudo o que se assentou acerca dos índios do Maranhão [e Grão-Pará] foi com consulta da junta de teólogos, canonistas e legistas, em que se acharam os três lentes de prima, e não houve discrepância de votos; com notícias de todas as leis antigas e modernas, e de todos os documentos que sobre esta matéria havia; foi ajustado com dois Procuradores do Maranhão e Pará, e com o Governador de todo o Estado, que estava nessa corte, e com o superior dos missionários, que também era Procurador-Geral de todos os índios, e ultimamente com parecer de todo Conselho Ultramarino que tudo viu, examinou e aprovou. (VIEIRA, 1960, p. 195).

Afora seus sermões e cartas, Vieira escreveu inúmeros textos, pareceres, respostas e papéis, dizia-se ao tempo. Na "Resposta aos Capítulos que Deu Contra os Religiosos da Companhia, em 1662, o Procurador do Maranhão Jorge Sampaio" (VIEIRA, 1951, V, p. 174-316), Vieira faz um longo retrospecto de seus nove anos na província do Maranhão e Grão-Pará. A "Resposta", dirigida ao rei Afonso VI, é um longo arrazoado, uma longa defesa entre ríspidas e veementes denúncias contra a gente

grada do Pará, incluindo-se o governador e as outras ordens religiosas coniventes com a escravização e, no caso de esta ser inviável, com a dizimação dos índios. Aliás, Vieira, ao longo de sua enorme obra, bate com constância e sofreguidão contra o extermínio, de tal maneira que seu rebate soa como uma espécie de estribilho. É importante citar alguns desses refrões (transcrevo três), a fim de que se confirme, apesar da disposição também colonizadora, em que medida Vieira sai a campo em defesa do nativo: “Em menos de quarenta anos, consumiram os Portugueses mais de dois milhões de índios e mais de quatrocentas povoações, tão populosas como grandes cidades, de que hoje se não vê o rasto onde estiveram”. (VIEIRA, 1951, V, p. 48).

Destruíram os Portugueses mais de dois milhões de índios, sem haver da sua parte outro título mais que a cobiça dos escravos com que as aldeias populosas dos índios, que desde a ilha do Maranhão até ao rio dos Tapajós eram infinitas, quando os padres foram àquele Estado, estavam todas reduzidas a pouquíssimas aldeotas, cujos índios estiveram já hoje de todo acabados e extintos, se pelo cuidado e diligências dos padres se não conservaram os que já havia, e com as missões que se fizeram ao sertão, se não foram fornecendo e aumentando as ditas aldeias em tanto crescimento como de presente estavam principalmente no Pará. (VIEIRA, 1951, V, p. 280).

Veja-se o toque intensivo na mesma tecla que vibra com um só timbre em variantes:

No Estado do Maranhão [e Grão-Pará], Senhor, não há outro ouro nem outra prata mais que o sangue e suor dos Índios: o sangue se vende nos que cativam e o suor se converte no tabaco, no açúcar e nas mais drogas que com os ditos Índios lavram e fabricam. Com este sangue e suor se remedeia a necessidade dos moradores; e com este sangue e com este suor se enche e se enriquece a cobiça insaciável dos que lá vão governar. Ordenou Vossa Majestade que deste sangue àquele Estado somente o lícito, que são os resgates dos escravos justos, e que deste suor se lhe desse também o lícito, que é o serviço dos índios cristãos das aldeias por seu estipêndio, com obrigação de servirem somente seis meses cada ano. Mas como o dito sangue e suor lícito não se emprega todo na necessidade dos moradores, nem basta todo, nem bastaria, ainda que fosse muito mais, para a cobiça dos que só isto vão buscar debaixo do título de ministros de Vossa Majestade, daqui se segue que a execução das leis e regimentos de Vossa Majestade, que os ditos missionários defendem, lhes parece a todos opressão e jugo insuportável. E como a dita justiça e leis, e os ditos miseráveis Índios, assim das aldeias como do sertão, não têm outros defensores mais que unicamente os ditos missionários da Companhia [os jesuítas], por isso os interessados se resolveram a uma acção tão temerária e sacrílega, como lançarem fora os ditos padres, só a fim, como diz o mesmo Procurador, de todos se reduzirem ao primeira estado que dantes tinham, o qual era uma absoluta liberdade ou tirania de consciência, com que nos sertões cativavam a todos os gentios sem diferença; e nas aldeias a uns cativavam,

senhoreando-se deles por força, com medos, ameaças e castigos, contra quem os miseráveis não podiam ter resistência [...]. (VIEIRA, 1951, V, p. 285-86).



Diante dessas audiências, Vieira tenta incitar à boa conduta, à moralização no convívio com os índios, tenta desapegar o índio de seus sempre recriminados sujos e degradantes costumes bárbaros, tanto quanto se aplica às demonstrações da importância do domínio das línguas indígenas para consolidar a conversão e combater a irreligiosidade e os ímpetus dos colonos, prontos a escravizar, à vontade, os nativos, não importa que houvesse leis nem rei. Imerso no palco dessas disputas, Vieira lança mão de exemplos dos textos religiosos, tanto dos degradantes quanto dos edificadores e os transforma em arma, meio de incitar à reflexão e à purgação dos colonos. Por outro lado, entretém-se em longos relatos de denúncia, como a supra “Resposta”.

Em uma ocasião, apropriando-se desses excertos bíblicos, remete à era em que, segundo a Bíblia, desfaz-se o uno falar dos homens com a destruição da Torre de Babel, esta instituída no texto sagrado como a representação metafórica da punição à criatura já em desarmonia com o Criador. É a matéria do Sermão de Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo. (VIEIRA, 1959, V, p. 377-395).

Este sermão é dedicado aos noviços para incentivá-los à entrega insistente e incansável ao estudo das línguas brasílicas e ao estabelecimento de sólidos veículos à conversão. Outro texto de vigorosa acuidade sobre os deveres do pregador é o Sermão do Espírito Santo, pródigo em mostrar a “dificultossíssima” conversão nas terras do Maranhão e Grão-Pará. Além desses dois, há a voz irritadíssima, propagando-se do Sermão da Epifania, emocionado desabafo, após a expulsão (1661) do Pará, vendo bem, um sermão que se extravasa púlpito, templo afora, como uma espécie de vingança via palavra, já que denuncia o recebimento de péssima paga pelos inenarráveis sacrifícios, quase martírio do pregador entre os índios da Amazônia, ele Vieira postando-se em resguardo à lei que normatizava as entradas nas matas amazônicas, para a caça ao índio. Essas leis faziam de conta que regulavam os termos e os modos de tais empreendimentos e os princípios que asseguravam ao índio o trabalho remunerado e o direito a ter e manter família.

Atingir o estágio em que os antagonistas são colonos e índios, e os missionários jesuítas os mediadores, favoráveis aos segundos, dá a Vieira oportunidade de retroagir pelas andas da mente à Babel referencial, bíblica, para daí passar à simbólica Babel amazônica. Um dos temas, que se espraiam, pelo sermão inteiro, é o da diversidade das línguas ameríndias. Vieira parte de um quadro concreto, a Babel destruída, arrasada pelo pecado, remontando, desse modo, aos universais ou atemporais do homem bíblico para aludir, no bojo de suas radiantes metáforas críticas, aos homens da Amazônia do século XVII. Sobre as bíblicas passagens ilustrativas daquela punição, ou a demolição da torre, Vieira passa a uma nova Babel, a indígena, construída sob os auspícios do mal, pelos colonos ávidos e consumidores do sangue ameríndio. A tarefa de sanar o mal é avaliada como encargo pesado ou como ingente sacrifício assumido pela Missão na inóspita Amazônia. E firma-se uma correlação entre a ambição e a vaidade antigas e a gana maléfica dos egoístas dos novos tempos, isto é, com as que grassavam na Amazônia de Vieira, espaço em que mina a luxúria (excitada, ao entendimento dos religiosos, também pela sensualidade, pela lubricidade, pela nudez, pela falta de vergonha do índio), mais os maus bofes e a ganância (exclusiva dos colonos).

Vem bem a tempo abrir parênteses à menção ao bellissimo Sermão da Primeira Oitava da Páscoa, pregado em 1656 na matriz da cidade de Belém do Pará, segundo Vieira, para mitigar a frustração dos paraenses por não terem conseguido descobrir um fenomenal veio de ouro (e prata) que se anunciava na região dos índios Pacajá. Ao discorrer sobre os males que essas minas, se reais, trariam aos moradores de Belém, o Padre acirra sua verve crítica, sua admirável inteligência conceitual para pôr a nu os males advindos da sanha pelo ouro. “Vejam os proveitos e interesses que do descobrimento de minas haviam de resultar à vossa terra, no caso em que se tivessem achado” (VIEIRA, 1959, V, p. 230). Vieira afirma nunca ter visto com os seus olhos nenhuma mina. Pôde contemplá-las, quando de suas leituras com as lentes da imaginação. E o Jesuíta oferece, aos seus ouvintes e aos seus futuros leitores, várias belo-trágicas descrições, momentos de um excelente, bellissimo Vieira também ficcionista. Nas profundezas das minas, afirma:

homens, desfigurados como toupeiras, vivem debaixo da terra, sem ter olhos para ver a luz, e como morcegos fogem do sol e do dia, e se vão mais sepultar que viver naquela escura e perpétua noite. Ainda têm outra propriedade: porque uns como toupeiras, com os pés e as mãos na terra, a andam cavando, revolvendo e mudando continuamente, e outros, como morcegos suspensos no ar, estão picando as pedras, e sangrando as suas veias com o corpo, e com a vida pendente de uma corda. Houve jamais algum anacoreta dos que habitava as covas, que fizesse tal penitência? Pois ainda não ouvistes o mais temeroso dela. (VIEIRA, 1959, V, p. 231).

E a palavra do jesuíta amplia-se para apontar, com admirável delicadeza, com cuidadosa sutileza, com o arrojado de belas metáforas – já que atacava a nobreza de Portugal - os insaciáveis e cobiçosos beneficiários de longe, os quais, só eles, iriam usufruir daquelas riquezas. “E estes martírios das minas, se as vossas se descobrissem, quem os havia de padecer?” Vieira interroga.

Os cavadores não seriam os mais nobres e ricos da terra; mas quem haviam de ser senão os seus escravos? Quem havia de conduzir todos aqueles instrumentos e máquinas por esses sertões dentro? Quem havia de contribuir com o sustento, e levá-lo aos trabalhadores? Quem havia de cortar as lenhas para as fornalhas e fundições? E aqueles lumes perpétuos e subterrâneos, com que óleos se haviam de sustentar, senão com o dos frutos agrestes [da Amazônia] que aqui se estilassem, e não com os dos olivais [de Portugal] (grifos meus) que de lá viessem? Sobretudo, se tantos milhares de índios se têm acabado e consumido em tão poucos anos, e com tão leve trabalho, como o das vossas lavouras, onde se haviam de ir buscar outros que suprissem e suportassem quanto tenho dito. [...] Tudo isso não o haviam de fazer nem padecer os que passeiam em Lisboa; porque também estas minas são como as da pólvora, que sempre arruinam, derrubam, e põem por terra o que lhes fica mais perto [...].

Ainda falta por dizer o que mais vos havia de destruir e assolar. Quantos ministros reais, e quantos oficiais de Justiça, de Fazendas, Guerra, vos parece que haviam de ser mandados cá para a extração, segurança, e remessa deste ouro ou prata? Se um só

destes poderosos tendes experimentado tantas vezes, que bastou para assolar o Estado, que fariam tantos? Não sabeis o nome do serviço real (contra a tenção dos mesmos reis) quando se estende cá ao longe, e quão violento é e insuportável? Quantos administradores, quantos provedores, quantos tesoureiros, quantos almoxarifes, quantos escrivães, quantos contadores, quantos guardas no mar e na terra, e quantos outros ofícios de nome e jurisdições novas se haviam de criar ou fundir com estas minas, para vos confundir e sepultar nelas? Que tendes, que possuís, que lavrais, que trabalhais, que não houvesse de ser necessário para serviço de el-rei, ou dos que se fazem mais que reais com este especioso pretexto? [...]. Não havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso o vosso carro e o vosso boi, senão para o manter e servir com ele. A roça haviam-vo-la de embargar para os mantimentos das minas: a casa haviam-vo-la de tomar de aposentadoria para os oficiais das minas: o canavial havia de ficar no mato, porque os que o cultivassem haviam de ir para as minas; e vós mesmos não havíeis de ser vosso, porque vos haviam de apenar para o que tivésseis ou não tivésseis préstimo; e só os vossos engenhos haviam de ter muito que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos. (VIEIRA, 1951, V, p. 223).



Como se vê, Vieira expressa com todas as letras aquilo que afirmará em majestosas metáforas no Sermão de Santo Antônio, (pregado em São Luís do Maranhão, em 1654), preciosa oratória em que personifica peixes, transforma-os em atentos ouvintes, já que os homens não sabem mais cultivar as lavras do bem, nem ouvir e dar fé à palavra da bondade. Passemos a uma ilustração deste sermão que deve ter deixado muitos fiéis sem saber onde enfiar a cara, na igreja onde foi pronunciado:

A primeira cousa que me desintentifica, peixes, de vós, é que vós comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como aos grandes, não bastam cem pequenos nem mil, para um só grande. [...] Olhai, peixes, lá do mar para a terra! Não, não, não é isso que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá! Para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vede vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas; vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer e se hão de comer. Morreu algum deles, vereis logo tantos sobre o miserável a despedaçá-lo e comê-lo. Comem os herdeiros, comem os testamenteiros, comem-nos os legatários, comem-no os credores, comem-no os oficiais dos órfãos e os dos defuntos e ausentes; comem-no o médico, que o curou ou ajudou a morrer; come-o o sangrador que lhe tirou o sangue; come-o a mulher, que de má vontade lhe dá para

a mortalha o lençol mais velho da casa; [...] enfim, ainda o pobre defunto o não comeu a terra, e já o tem comido toda a Terra [...]. (VIEIRA, 1951, VII, p. 260).

Como se vê, a admirável estruturação de todos esses textos cumpre com objetivos moralizadores e doutrinários. Organizam-se, constroem-se, tijolo a tijolo, visualmente, sensacionalmente, como um sanatório, com estes objetivos:

Eis aqui o que devemos pretender nos nossos sermões, não que os homens saíam contentes de nós, senão que saíam muito descontentes de si; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições, e enfim todos os seus pecados. (VIEIRA, Sermão da Sexagésima, 1959, VII, p. 37).

Nem precisaria dizer que a edificação se dá pela palavra. O Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo articula figurações da torre de Babel para desenhar imagens do pecado e a busca de salvação. É a necessidade de contrição que perpassa essas palavras; para tanto se fragmentou uma só língua babélica, una, universal, em setenta e duas outras, para sanar a corrupção. A partir daí, Vieira desenvolve crítica à surdez e à mudez metafóricas, que grassou tanto na Babel primordial, quanto grassa na Babel amazônica; em ambas os homens “ouvindo não entendiam”, “falando nenhum percebia o que diziam”. (VIEIRA, Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo, 1959, V, p. 378).

O tema da incomunicabilidade, a tentativa de fazer ouvir os ouvidos moucos dos colonos, será também desdobrado no Sermão da Epifania, assim como em cartas e papéis da vida prática. No Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo, dois verbos, confundir para obstar o delito e infundir o evangelho, entranhar nas mentes a Graça do Espírito Santo, os dois verbos disseminam sentidos conflitantes, já que enquanto se opera o desmantelamento de Babel, esta o símbolo da confusão, do erro, da soberba, dos desmandos, reinstitui-se a torre-língua cristã universal da qual nascerá uma segunda Torre, o Cenáculo de Jerusalém ou dos apóstolos de Cristo, nas palavras de Vieira, tanto nas Índias orientais quanto nas Índias ocidentais. Este mesmo mote é desenvolvido no Sermão da Epifania. (VIEIRA, 1959, II, p. 1-60).

Veja-se que confundir as línguas significa arremeter o transgressor ao silêncio, ao inferno da palavra vazia, à algaravia, à solidão, em tal monta, que não restará ao transfuga senão a dissolução até do grupo-tronco inicial, a pátria, compreendendo-se que a diluição da capacidade verbal implica a anulação mesma do homem, lançado à errância enquanto individualidade e ser social.

Se antes se impusera a dispersão e o estanque, poderá sobrevir depois coesão e unidade, se triunfar a ação das línguas de fogo concedidas por Deus aos doze apóstolos, os quais, terminada a sua peregrinação na Terra elevando a palavra divina, cessam sua ação no mundo. E então, Vieira reafirma:

As línguas de fogo acabaram [dos apóstolos], mas o fogo de línguas [dos jesuítas] não acabou, porque este fogo, esse espírito, esse amor de Deus, faz aprender, faz estudar, e saber essas línguas. [...]. As primeiras línguas foram dadas com milagre, as segundas são ensinadas sem milagre; mas eu tenho estas por milagrosas; porque menos maravilha é em

Deus podê-las dar sem trabalho, que no homem querê-las aprender com tanto trabalho. (VIEIRA, 1959, V, p. 418).

Esse fogo se propagará, não há dúvida, porque o Espírito Santo o infunde com “o zelo e fervor ardente que têm e sempre tiveram os herdeiros do espírito apostólico, de saber, estudar, e apreender as linhas estranhas” (VIEIRA, 1959, V, p. 380), num infundir que faz apelo à prédica regeneradora, impossível de ocorrer sem a ciência, o conhecimento da linguagem.

Se eu não entendo a língua do gentio, nem o gentio entende a minha, como o hei-de converter e trazer a Cristo? Por isso temos por regra e instituto aprender todos a língua ou as línguas da terra, onde imos pregar; e esta é a maior dificuldade e o maior trabalho daquela espiritual conquista. (VIEIRA, 1959, V, p. 420).

Daí os esforços para que se encete o passo seguinte, a construção da terceira Torre, a de Santo Inácio, depois que, extintas as línguas de fogo (a dos doze apóstolos), sobrevier o fogo das línguas (dos inacianos jesuítas), o fogo apenas, conferido sem nenhuma intercessão divina aos padres da Missão. Pois se sabe da dura militância dos membros da Companhia de Jesus, “a preço de muito estudo e grande trabalho”, para que, do zelo e ardor ao estudo das palavras se conceda alcançar, com o ministério da conversão, o fruto divino, principalmente intensificar o trabalho de conversão, colher esses frutos, arrebanhar para as sendas de Cristo a infinidade de tribos amazônicas, para aninhá-las no colo da cristandade.

Os mapas geográficos do mundo da missão de Vieira, porém, são agora mais extensos e a divisa inaciana “todos em qualquer parte” ordena a dispersão dos missionários, preceitua lançarem-se os jesuítas a todos os quadrantes do Novo Mundo, como missionários, milicianos da fé, soldados de Cristo. Para tanto, cabe intensificar, não transigir, não desistir do aprendizado das línguas diversas, algumas vistas como estranhíssimas e tidas como impronunciáveis, mortificante desafio que há de ser encarado com doçura, paciência, persistência. Vencer a barreira da babel amazônica é a palavra de ordem, para que se espalhe o verbo divino, o verbo regenerador, o alento dos missionários, o ingente trabalho, frente ao qual os conversores deverão contar fatalmente com os “línguas” ou tradutores. Ou a missão não triunfará¹.

É importante ressaltar, no Sermão Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo, o valor das mencionadas três torres (de Babel, dos apóstolos e de Santo Inácio). Estas são vistas num jogo usado como estratégia para, na economia das grandes passadas do texto bíblico, que (segundo Auerbach, trabalha sobretudo com os sentidos implícitos), e não com o texto homérico em que o relato que “não deixa nada do que é mencionado na penumbra ou inacabado” (AUERBACH, 1971, p. 3), fixar marcadores dos vínculos morais, qualificadores e desqualificadores de homens de tempos diversos e de espaços distantes. A relação substitutiva ou equivalente que interliga Deus (que castiga o infiel da primeira Babel), os Apóstolos (que espalham a palavra de Deus pelo mundo) e Santo Inácio (que funda a Missão de continuar, de espalhar a sementeira da palavra de Deus onde quer que seja, mas sobretudo na babel amazônica) é a patente vitória do Bem. Babel é a desordem, o caos, a voz, o sentido que se perde, o pecado em concreção, cujo dismantelamento (destruir=confundir) representa a paralisação da força do mal, ilustração universal, atemporal, reduplicativa do nefasto, o



¹ Os línguas eram amiúde mamelucos, filhos de índios com europeus, conviventes com estes e com os índios, conhecedores, portanto, das línguas indígena e portuguesa.

estorvo aos princípios divinos, estorvos que, apesar do avanço da Missão, ganha fôlego e que se encastela no Estado do Maranhão e Grão-Pará sob o comando da avidez dos colonos cujo intento principal é arrebanhar o índio à escravidão, distanciando-o das searas cristãs. Assim, pode-se compreender a permanência do elemento antagônico arraigado na atemporal torre de Babel e reenraizando-se na datada província do norte do Brasil.

Vieira intercala nesses dois sermões (Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo e no Sermão da Epifania) verdadeiro ensaio de apreciação das línguas indígenas do norte do Brasil. Menciona os esforços da missão de Nóbrega-Anchieta por espalhar a doutrina católica entre os índios, destacando o esforço sobre-humano daqueles missionários para superar as barreiras verbais que se interpunham àquela evangelização. Quanto a isso, é mais do que justo destacar o esforço, o denodo dos missionários do Brasil Colonial. Com efeito, é admirável como José de Anchieta conseguiu desdobrar-se em tantos, sendo missionário incansável, pregador, dramaturgo, diretor teatral, animador de platéias, poeta, gramático, lingüista, apaziguador de ânimos. Isso apesar do erro fundamental, o erro de seu tempo (No cômputo geral todos nós, em qualquer época, carregamos as marcas de nosso tempo) que vinculava a prática evangelizadora à deculturação, algo não distante deste século 21.

Todos os missionários sempre sabiam ser muitos seres em um só ser. Aprenderam desde cedo a se multiplicar e fazerem-se homens de todos os instrumentos. Vieira, por exemplo, amparado em sua vastíssima cultura humanista, a qual preceituava a um só homem acumular conhecimento sobre o homem em sentido universal, sobre o conhecimento que dissesse respeito à humanidade como um todo, desdobra elementos histórico-lingüísticos que ajudam a compreender o pasmo do colonizador, quando imerge, interna-se, nos infinitos veios das línguas brasílicas. No Sermão da Epifania, consoante a raiva com que ritmou esta sua prédica pós-expulsão e humilhação em Belém do Grão-Pará, manifesta termos duros quando menciona a dificuldade quanto a aprender, ter que saber as línguas indígenas:

E quanta dificuldade e trabalho seja haver de aprender um europeu, não com mestres e com livros como os [reis] Magos, mas sem livro, sem mestre, sem princípios, e sem documento alguns, não uma, senão muitas línguas bárbaras, incultas, hírridas: só quem o padece, e Deus por quem padece, o sabe. (VI-EIRA, 1959, II, p. 23).

Cinge-se a um tempo de quase bilingüismo no Brasil longínquo, um aquém indefinido, perdido em horizontes infinitos (“Além, muito além daquelas serras”) um onde vago e não cartografado, pensado como isolamento territorial, movido serviçalmente pelo ameríndio, reduzido à condição de escravo faz-tudo a que obrigaram o índio, sobre quem lançaram todas as tarefas de guerras e também o trivial caseiro, o índio despojado de sua linguagem dita inapreensível e impronunciável, daí o colonizador ter construído, armado a língua geral com base no tupi das nações literâneas, bem diverso das línguas ditas travadas do sertão.

Nesse período, como o demonstra Sérgio Buarque de Holanda (1995), principalmente mulheres e crianças colonas – os seres mais afeitos às privacidades do lar – já nem falavam mais a língua portuguesa, necessitando, muita gente, de intérprete para o



entendimento deste idioma Ou precisavam aprendê-lo, reaprendê-lo, porque, no dia-a-dia, falava-se mesmo era o Nheengatu, nome da língua geral.

Um século depois de Nóbrega e Anchieta, Vieira afirma, em linhas explícitas e entrelinhas, que as relações econômico-sociais são outras, pontuadas por insolúveis problemas pouco existentes no Brasil do século XVI. Há muito ficara para trás a escravidão mais branda dos índios das praias atlânticas da primeira colonização. Lembremos de que Nóbrega e Anchieta acionavam brandura e persuasão e não a força de guarnições e os estratagemas concretos imprescindíveis no século XVII. E Vieira, ainda que agente daquela mesma colonização, ele também regido pelo ideário geral do colonizador, resistirá ao quase genocídio das nações indígenas, num Brasil em que “se foi diminuindo o número dos índios, e crescendo o dos portugueses”. No sermão Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo dirá que

Na ocasião presente em que as obrigações desta Província se tem acrescentado à conquista universal do novo mundo do Maranhão,

e grande rio das amazonas, não há dúvida de que a língua geral do Brasil, como porta por onde só se pode entrar ao conhecimento das outras, nos faz a grande falta e aperto que vemos. (VIEIRA, 1959, V, p. 385).

Como se pode perceber, Vieira alude às variedades idiomáticas encontradas no roteiro lingüístico do Brasil e aos entraves resultantes de, à chegada no Estado do Maranhão e Grão-Pará, não poder mais contar com uma língua geral, o Nheengatu, idioma mais corrente entre os índios tupi do litoral brasileiro, índios mais domináveis, porque mais visíveis e ao alcance das garras européias e suas línguas que teriam passado por rearranjos dos jesuítas, sobretudo dos padres Anchieta e de Luís Figueira, que as teriam fundido com o étimo da língua portuguesa; de tal modo, que o Nheengatu, dito, sobretudo, mais próprio aos índios do grande grupo tupinambá, tornou-se uma variante preciosa aos desígnios parenéticos como código comum aos usuários das nações tupi e dos colonos.

Ao contrário do Nheengatu, pontificaram os falares nheengaíbas, meio de comunicação das nações do interior das matas, as brenhas tão mencionadas pelo Padre Vieira. Explique-se. Depois de 1652, missionando num Brasil estendido às profundezas da Amazônia, onde o Nheengatu de nada valia – porque ali imperavam as línguas nheengaíbas, o padre Vieira informa em seu sermão sobre a falta de acesso verbal às centenas de nações espalhadas pelas brenhas, o leito de dentro, o âmago das matas inacessíveis, os emaranhados de rios e florestas da Amazônia. Frente a essa nova situação, atormenta-se, interroga-se sobre o modo como se faria a pregação. Como se apossar daquele tão infinito e arisco rebanho das brenhas de mil, milhões de falas tão diversas? Daí que o ofício religioso imponha-se encontrar saídas e intensificar esforços, para dominar também, lingüisticamente, os índios do grupo Macro-Jê, os índios chamados tapuias, os “boçais”, os brutos, diziam os padres. Sem o domínio dessa fala se paralisaria a necessidade, a urgente, premente cristianização da mente, o ganho da alma do ameríndio.

Com esta última passagem transcrita, Vieira dá azo a que se mencione a diferença entre os índios falantes da língua do tronco tupi, os das áreas costeiras, como ficou dito, os quais, apesar de suas línguas particulares, compartilhavam do mencionado Nheengatu. Por oposição aos índios tupi, Vieira depara no Norte com as nações do tronco por eles chamados genericamente tapuias (nome genérico dado às tribos mais resistentes dentre as que se opunham à opressão colonizadora e que, por isso, foram, muitas, de imediato dizimadas, possivelmente antes da chegada da Missão ao Norte). São as nações a que Vieira identifica como a gentildade das brenhas, cuja língua, pela propalada dificuldade de compreensão, tanto aos europeus como aos próprios índios que dominavam o Nheengatu, viam-se mais veementemente discriminados, os rotulados como os índios de língua travada, os de fala nheengaíba. Assim, Vieira se refere sublinearmente ao Nheengatu (língua boa) e ao Nheengaíba (língua má). Um adendo: tudo indica que a palavra nheengaíba advenha dos índios de fala tupi que se supunham superiores aos tapuios de fala travada.

Vieira, um doutor em linguagem, claro que embarcaria amplo debate sobre a linguagem. A discussão sobre a fala indígena também aflora no Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo, quando das críticas ao sistema de ensino implantado na colônia pelos jesuítas. Como se vê, Antônio Vieira age com total independência. Não poupa a quem quer que seja. Daí que, quanto se sinta envolvido com a barreira quanto

ao código nheengaíba, mostre-se desesperado e ataque estudos baseados no Ratio studiorum. Vieira disserta sobre o corpus de conhecimento obrigatório no Colégio dos jesuítas da Bahia, conteúdos organizados para elevar o homem ao brilho das letras clássicas, currículo que acabou por restringir os colégios coloniais mais àquele que se decidisse pela carreira eclesiástica não afeita à catequese, mas aos sermões, nos torvelinhos das cortes, nas capitais. As artes, a filosofia, as letras, o estudo do saber greco-latino, a ciência sagrada, a retórica, as gramáticas, Aristóteles, São Tomás, o cálculo, a física se conferiam grade de prestígio na academia, instituição enformada em rígida concepção clássica. Vieira não poupa críticas a essa academia, cujas normas se traçavam à parte do bulício das gentes e das misérias reinante na colônia. Portanto, Vieira refuta a ilha-de-alto-saber inútil, num Brasil necessitado de falantes das línguas nativas. Diz não àquela academia rodeada do que o colonizador chama de bárbaros, a chamada ignara gentilidade. A brugaria, no dizer até do moderno Jorge de Lima, homem do século XX, dominava a paisagem dentro de que se embutia aquele ensino de elite, tendo o latim por língua obrigatória. Como aceitar tal equívoco, inquiria o Padre?



Vieira, nesse sermão, manifestar-se-á contrário àquela educação distante, diletante, alienada, supérflua aos interesses da colonização. Com notável perspicácia, aciona a alegoria para, na concreção de imagens quase palpáveis em flagrante visibilidade, a engenhosa sensualidade barroca, estabelecer contrastes entre uma pedagogia ideal e outra, a real, totalmente desgarrada das urgências do tempo, que clamava por pregadores, quanto mais, maior o viço da parênese. Vieira não se cansa de clamar por uma escola de pregadores com olhos no real, por um saber mais prático, ativo diante das necessidades imediatas de conversão, as necessidades de transformar, remoldar a mentalidade do índio, bradava ele, irritado.

A partir daí, Exortação Primeira em Véspera do Espírito Santo se desdobra num jogo de antíteses que vão opor “os doutores das ciências” aos “doutores do mundo”. Os primeiros, “os grandes letrados”, “os que não estudaram a língua da terra, por se aplicarem às ciências que parecem maiores”. Os letrados constituem-se como paradigma aos dominicanos, exatamente aqueles sobre quem desabaram as invectivas do Sermão da Sexagésima, texto em cujas linhas estes religiosos, com a fé posta mais à salvação de suas próprias almas, são associados aos paços, isto é, aos palácios, às benesses do poder, dos poderosos, às acalmias, às delícias e às requintadas culinárias da vida na corte, enquanto os missionários das selvas só darão passos de desassossego, e de fomes, e de inquietação, próprios da vida nos matos, nas brenhas, os missionários alheios de si, em favor da salvação dos ditos gentios. Paços e Passos, que bela antítese metafórica de Vieira, o Imperador da Língua Portuguesa, no achado de Fernando Pessoa! Aqueles se nutrem de contemplação, de alheamento, egoísmo, acorrentados a uma igreja presa aos dogmas; para os jesuítas dos tormentosos passos, o exercício da cristandade deve ser vigilância coletiva, ação, militância, um exercício que exige correr o mundo onde estiver a irreligiosidade, contando para isso, só com o “fogo das línguas”, o desvelo e o abrasamento voltado ao estudo dos idiomas dos povos do Novo Mundo, visto ser a linguagem o único transporte eficaz, certo, inquestionável ao triunfo dos ordenamentos da cristandade. Tais são, para a Missão e Vieira as tarefas dos que ele nomeia os missionários da ordem dos passos, agora mais um achado do genial Vieira!, das andanças sem fim mundo afora, matas adentro, a brenharia sem caminhos abertos, opostos ao bem-bom-a-mim dos que exercem a ordem dos paços, os que se arrimam

às proximidades do paços-palácios imperiais cidadinnos, não às cercanias das selvas quase indevassáveis. Veja um trecho ilustrativo quanto a essa diferença:

não se quebram os peitos com as escrituras, nem se afogam os dias e as vidas com o penso das lições de manhã e tarde, nem se embaraçam os entendimentos com o labirinto de opiniões e dificuldades sem saída: nem dão cuidados argumentos, nem disputas, nem conclusões, que se hão-de defender, ou impugnar; nem se passa por um, e por dous, e por sete exames em sete anos [...]. (VIEIRA, Exortação primeira... 1959, V, p. 393).

Por outro turno, esta a seguir é a Exortação aos noviços do Colégio da Bahia, isso ainda lá pelos idos de 1658: é preciso que se constituam multidões de “línguas”, “doutores do mundo”, e urgentemente, porque os onze anos de formação acadêmica perfazem “quatro mil dias” entre espessas paredes e profundas reflexões dissociadas das premências da verdadeira missão, enquanto milhões de almas, sobretudo indígenas, desviam-se e desembocam direto nos fossos dos incêndios infernais. Por isso, quando “os novos mestres da fé”, “os novos discípulos das línguas”

chegarem ao Grão-Pará e no rio das Amazonas, e se virem naquela imensa universidade de almas, espero, digo, do seu espírito, e ainda do seu juízo, que, esquecidos das ciências que cá [Colégio da Bahia] deixam, se apliquem todos à conversão. (VIEIRA, Exortação primeira... 1959, V, p.390).

Interessa marcar nesse sermão uma engenhosa estrutura circular em que as significações se desencadeiam tomada a fusão-confusão de línguas da Babel mítico-bíblica, instauradora da incomunicabilidade como punição ao pecado; depois se passa ao triunfo do cristianismo e à comunicação universal, pela voz dos apóstolos, da verdade cristã, até serem contemplados os esforços dos missionários jesuítas nas campanhas conversoras no mundo amazônico, onde, conforme Vieira, até Deus falece, quando a parênese esbarra no grande empecilho constituído pela imensidão de línguas de impossível compreensão.

Relembro Vieira ao chegar ao Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1652/3. A expulsão dos jesuítas se deu em 1661, momento em que a Missão já colhia sucessos na conversão e aldeamentos, práticas bruscamente interrompidas. Foi depois do episódio expulsório que nosso Padre esbravejou à corte de Lisboa o sermão agora em pauta. Ao parecer do padre, no Sermão da Epifania, o desastre dos jesuítas foi metaforizado como novo triunfo de outra Babel, a Babel do Pará, entregue então, diz Vieira, às malignidades do Anticristo.

A palavra vindicativa pós-expulsão de Belém, depois de Vieira sofrer grandes humilhações e ser aprisionado na capela de São João Batista na Cidade Velha, ocorre perante a Corte quando o Padre, tomado pela desesperança e pela raiva, profere esse Sermão da Epifania, em verdade uma veemente peça de autodefesa, inflamada acusação aos colonos portugueses e brasileiros do norte do Brasil. Neste sermão, aos índios também são desferidos fortes impropérios, como se pudessem ser culpados por não se entregarem dóceis à doutrinação teológica. A flama é tal, que Vieira chega a dizer serem os indígenas “a gente mais sem entendimento e sem discurso de quantas criou, ou abortou a natureza [...]” (VIEIRA, Sermão da Epifania, 1959, II, p.27). Observe-se

que o emprego do verbo abortar, com sua pesada carga de violenta desqualificação, basta para avaliar o mal-estar, a fúria de um Vieira abrasado, diferente de outro tão terno, que chega a enunciar elogios expressos às qualidades do índio gentil, não gentio. Vieira e os demais cronistas são constantes em mover-se nesse pêndulo entre ódio-vitupérios vs. ternura-elogio. No Sermão do Espírito Santo, lê-se: “a gente das terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais incostante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo”. (VIEIRA, 1959, V, p. 404):

E se para guardar ovelhas mansas, é necessário amor e muito amor; que será para ir tirar das brenhas ovelhas feras, para as amansar e afeiçoar aos novos pastos, para as acostumar à voz do pastor, e à obediência do cajado, e sobretudo para desprezar os perigos de se confiar de suas garras e dentes, enquanto são ainda feras, e não ovelhas? Se é necessário amor para ser pastor de ovelhas, que comem no prado, e bem no rio; que amor será necessário para ser pastor de ovelhas, que talvez comem os pastores e lhe bebem o sangue? (VIEIRA, 1959, V, p. 403-404).

Numa organização de sentidos superpostos ao sermão Exortação em Véspera do Espírito Santo, distendem-se os termos do Sermão do Espírito Santo. Pelo senso de observação e pela sagacidade ao investigar a constituição mental e as línguas indígenas, este sermão poderia conferir a Vieira, sem exagero, o título de precursor dos estudos de lingüística descritiva (indígena) no Brasil, estudo que, só na década de sessenta do século XX, alcançou o cume, em nossa Pátria, com o lingüista Mattoso Câmara. (vide CÂMARA, 1965).

Se Eidorfe Moreira afirma o caráter amazônico do Sermão da Epifania (MOREIRA, 1989), é lícito destacar o caráter amazônico-lingüístico de um Vieira lingüista, ao refletir sobre a Missão no Sermão do Espírito Santo. Nesses textos, Vieira desenvolve observação sagaz, seu agudíssimo espírito analítico, sua penetrante inteligência à análise das línguas indígenas. Com percuciência e acurado senso de observação, não há dúvida, sob a ânsia por fazer avançar as tarefas da missão, Vieira posta-se face ao mundo indígena com o intuito de compreender, tirar conclusões. É quando manifesta apurado senso sobre um descritivismo lingüístico denso, sólido, quase minimalista. Nosso jesuíta desenvolve neste texto um dos retratos (nublado por travos de discriminação, é claro) dos mais fiéis do ameríndio do passado, da docilidade arredia, desconfiada, esquiva, suspicaz com que o índio era obrigado a submeter-se aos delírios da conversão, para logo retornar as suas crenças, a sua floresta, aos seus mitos, a sua liberdade, aos seus livres rios, à amplidão de seu mundo, à sua tão acalentada e roubada liberdade, lá na sua boa e bela brenha onde não reservava espaço aos pecados, às culpas, aos encargos e sacrifícios prescritos pelas leis da fé cristã.

O suposto aprender e o imediato desaprender é também um dos motivos desse sermão, formulado num discurso entre irritado e desencantado, frustrados os intentos de modelar, moldar no corpo e na mente do índio um ser ideal. Vieira toca incessantemente nesse óbice à conversão ao longo de toda a sua obra. No Sermão da Epifania disserta, com irrefreável impaciência, sobre o justo e alvissareiro vezo fugidio do índio, vezo a que o Padre recrimina, chama de insuperável teimosia, pelo interesse-



desinteressado do índio quanto a algo que o nativo inteligentemente diz aceitar, mas despreza, porque se trata de uma obrigação não afeita ao universo mental do originário homem da Amazônia.

São muitos os desabaços, as enervações e as análises de Vieira à sagacidade do índio que fazia de conta que absorvia os comandos programados, isso, claro, para sobreviver, sem abrir mão, entretanto, de suas ancestrais verdades.

No Sermão do Espírito Santo, Vieira expressa-se sobre isso com detalhes. O índio é a coluna central que desperta as volutas verbais, maravilhosas, sim, deste texto, verdadeiro testemunho de genialidade no exprimir também o martirologio dos índios da Amazônia. Os pares opositivos ou o jogo de dualidades e analogias, as reminiscências bíblicas, as alegorias (uso de idéias em representações animadas) acionadas, o cerne da prédica faz ver a não fácil, a não difícil, a não dificultosa, mas, antes, a “dificultosíssima” tarefa de evangelizar num meio adverso, inóspito, evangelizar um ser compreendido como um inferior em estado bruto ou natural, ao olhar etnocêntrico da Europa e de Vieira.

Quase à portada do sermão, a antítese dizer e ensinar explicita a oposição entre o mero dizer/ouvir por fora com luz pouca, e o ensinar/entender por dentro com luz muita. “O mestre na cadeira diz para todos; mas não ensina a todos. Diz para todos, porque todos ouvem; mas não ensina a todos, porque uns aprendem, outros não” (VIEIRA, Sermão do Espírito Santo, 1959, V, p. 398). O primeiro par inscreve o limitado aos ouvidos e próprio aos domínios do humano; o segundo par será mostra da necessidade de arregimentar luz e amor divinos para que as palavras, não sendo meras palavras vazias, possam ir ao coração, ao entendimento, à ação/palavra que transforma.

Este breve ensaio de pedagogia geral vai servir de reforço aos argumentos a uma pedagogia especial missionária no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Entrementes, outras oposições vão se desdobrando no curso do sermão. Assim, nações fiéis e políticas vs. nações infiéis e bárbaras. Na esfera destas últimas, o texto fecha o ângulo sobre os índios, frente aos quais a missão há de exigir todos os superlativos do ensinar, porque essas nações, em nada iguais às já antes conhecidas, compõem o círculo de “homens irracionais e brutos”, “insensíveis como troncos”, “duros e estúpidos como as pedras”.

Esse sentimento de estranheza consigna o impacto, o desnorteante assombro do europeu seiscentista diante do absolutamente novo, quanto à geografia, aos modos e costumes, ao perfil físico-mental do ameríndio, à sua linguagem. Essa é também a tônica do Sermão da Epifania. E revela-se o desalento à presença, constatação, existência do Outro, o diferente, tido por estranha teia do total incompreensível, os seres do mundo amazônico onde tudo, para o colonizador, resvala à transgressão e ao transbordamento. Demais, aos olhos do pregador, o ser que habita esse espaço é misto e múltiplo, conjunção de bicho, gente, racional e irracional, vegetal, mineral, o que transcende o até então previsto modelo humano.

Cabe reiterar que foi preciso uma Bula do Papa Paulo III, de 9 de julho de 1537, para proclamar que os índios “são verdadeiros homens e livres”. A partir daí,

decide-se que o índio é gente e tem alma. É possível imaginar aquele olhar do mais-que-passado, perscrutando o universo amazônico, seus seres, seu modo de ser, viver. Se ainda neste pleno século 21 os índios são considerados tão nada e por isso lançados à indiferença e à continuada dizimação, imagine-se no século XVII! Nessas circunstâncias, uma das pertenças indígenas mais devastadas pela Missão talvez tenha sido a linguagem, visto o choque ante as dificuldades de um mapa lingüístico impenetrável, ante as barreiras do intrincado de línguas sobre o qual se cravam os sentidos investigativos, especulativos, analíticos, bem como a irritação e um dorido sentimento de impotência, do qual o Sermão do Espírito Santo é lídima expressão:

Pela muita variedade das línguas houve quem chamou ao rio das Amazonas rio Babel; mas vem-lhe tão curto o nome Babel, como de rio. Vem-lhe curto o nome de rio; porque verdadeiramente é um mar doce [...]. O rio das Amazonas da cidade de Belém para cima, já se lhe têm contado mais de três mil [léguas], e ainda se lhe não sabe o princípio. Por isso os naturais lhe chamam Pará, e os portugueses Maranhão, que tudo quer dizer mar e mar grande. E vem-lhe curto também o nome Babel, porque na torre de Babel [...] houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no rio Amazonas, são tantas e tão diversas que se lhe não sabe o nome, nem o numero. (VIEIRA, 1959, V, p. 414).



Vieira convocará essa diversidade para marcar o sobre-humano trabalho da doutrinação, porque além do diverso, no mapa geral das línguas, há o inédito, o incompreensível, o novo, quase absurdo daquela imensidão verbal que desnorteia o jesuíta.

Sem apresentação de data exata, o Sermão do Espírito Santo foi “Pregado [...] em ocasião que partia ao rio Amazonas uma grande missão evangelizadora [...]”. Estas palavras do limiar do sermão, considerado o adjetivo grande, denotam a euforia de Vieira nos anos subseqüentes ao retorno de Portugal ao norte do Brasil de 1655, munido de lei régia que conferia aos jesuítas todo poder de decisão frente à questão indígena. As grandes queixas de Vieira contra os colonos vêm registradas no anterior 1654, mormente em cartas a D. João IV e ao Provincial do Brasil.

Em 1655, novamente o jesuíta escreve cartas ao mesmo rei prestando contas da agora pródiga missão a que preside, que se desenvolve a grandes passos, sob a letra da legalidade, que sabemos ser morna e flexível, tendendo para o lado dos gananciosos colonos, mas, de qualquer jeito, já pelo menos regida por uma lei que se quer aparando asas, cortando o livre vôo do gavião. Grande alegria, grande desafogo perpassa as palavras, e os dados objetivos apresentados são a abonação ao que se supunha progresso na conversão. Morto D. João IV, Afonso VI será o destinatário em 1657 de mais cartas de júbilo pelos bons frutos colhidos na sementeira espiritual lá pelos longes das terras remotas do Maranhão e Pará. Sucedem-se mais, muitas, cartas de regozijo. São tribos e mais tribos cristianizadas, pacificadas, passando a transcorrer, sob atmosfera mais serena, o comércio, a repartição de índios, apesar dos ânimos que se indispõem silentes e subterraneamente contra o controle da escravidão. Sim, de fato, as aparências enganam. As vésperas da expulsão tumultuada de Vieira, do absurdo saque e destruição do Colégio de Santo Alexandre, segue uma carta de balanço dos altos ganhos missionários a D. Afonso VI (28/11/1658 ou 1660); Vieira chega a exultar: “escrevemos das conquistas ao Reino também vitórias, que com igual e maior razão se podem chamar milagres”. (VIEIRA, 2003, p.472).

Esse quadro impõe dizer que, concernente aos colonos, a Missão triunfa – “A Missão, Senhor, como tenho avisado [triunfa], com mui conhecido proveito espiritual e salvação de muitas almas, assim de gentios novamente convertidos como dos que já tinham nome de cristãos [...]” (VIEIRA, 2003, p. 465). Mas, pobre Vieira, tudo é ledão engano: dois anos depois desta carta alvissareira vem à tona o desastre de 1661, isto é, a violenta e ultrajante prisão seguida da expulsão de Belém. Foi a primeira prisão de sua vida. Desta cidade, despachado de canoa, como maligna encomenda, aporta no Maranhão e sofre segunda prisão, a bordo de uma nau sardineira de Setúbal de onde, apartado dos demais jesuítas expulsos, foi proibido pelo Juiz do Povo de sequer descer para defender-se de graves injúrias. Queriam despachá-lo a Portugal nesse exato

dito barco [...] muito velho, roto e mal aparelhado de tudo, e mal fornecido de gente e não experimentado no mar; porque para esta viagem se tem mudado de latino em redondo, e por tudo isto incapaz de ir buscar as barras e as costas no meio do Inverno, a qual incapacidade é tão notória a todos, que, indo na dita nau Sacramento perto de cinquenta passageiros, e muito deles muito pobres, nenhum houve que se quisesse aventurar a embarcar-se na dita caravela [sardineira]. Pelo que tudo se mostra que o intento das pessoas que fazem esta separação de navio, ou é para que ele, Pe. António Vieira, pereça no mar, contra toda a piedade cristã, ou para que não possa chegar a Portugal, senão depois de muito tempo, como os oficiais da Câmara do Pará mandavam advertir e pedir aos do Maranhão. (VIEIRA, 1951, V, p.167).

Como se pode ver, o Padre mesmo conclui que já haviam lavrado disfarçada, velada condenação à morte a ser concretizada em naufrágio certo, previsível, um projetado, mas gorado crime perfeito. Além do mais, o barco sardineiro, com destino aos Açores, se demoraria em largas escalas, enquanto a nau Sacramento seguia em “direitura” à corte portuguesa. É preciso ressaltar ainda essa tortura: tormentos por que passa, Vieira, aprisionado na caravela, é obrigado a encontrar cabeça e lucidez para escrever esta “Petição feita na caravela, onde o povo do Maranhão o tinha metido para o mandar para o reino, ao Governador D. Pedro de Melo” de que transcrevemos o trecho acima, requerimento de ir, ele, Vieira, também, na nau Sacramento, petição deferida favoravelmente ao Padre.

No que respeita à ponte colono-gentio, entretanto, há obstruções, obstáculos, naqueles idos, ou entraves aquietados. O empecilho, ditado pela “má qualidade das gentes”, vem sendo controlado. Pensava-se ser assim! Os tabajaras da serra de Ibiapaba, manhosos, dizem os relatos, entre sibilinos e hílares no zombar das prédicas divinas, agora, quem o diria, se fazem amigos. Os antes irredutíveis Nheengaíba, os Aruans sediados quase em frente a Belém, em Joanes, hoje Marajó, avessos aos portugueses, índios inconquistáveis por vinte anos, não se vestiram de galas para a recepção a Antônio Vieira?

A dificuldade persistente, desesperante, pois impede a mais saídas satisfatórias, concerne e acumula-se quanto ao desempenho lingüístico. O acúmulo se intensifica em dimensão tal, que justifica a disforia assente no painel de impedimentos que Vieira expõe, num misto de quase paralisante estupefato e sentimento de desistência. E, na

espiral de torneios analógicos barrocos, vêm outra vez à vista os verbos ouvir e entender, com uma tamanha carga de visualidade, de sensacionismo, que induz o leitor à ilusão de estar assistindo à cena em que a fala do homem da floresta, desfeita a inteireza do signo, reduz-se a só impressão do significante, à massa informe de emissão sônica. É que o idioma do índio das brenhas do norte do Brasil, o das multidões de fala nheengaíba, como dizem, são percebidos apenas como rumor, som difuso, que repercute nos ouvidos e não ultrapassa os limites do ruído, de som indistinto, mera sucessão de sonoridade sem nenhum significado, sem nenhuma aproximação com o caráter diferencial, distintivo, opositivo que define o campo do fonema. As ditas horrendas e malsinadas línguas tantas, inumeráveis dos ditos bárbaros das brenhas, articulam-se como, apenas, ruídos indistintos, “São barreiras, muros impenetráveis” parece retrucar um enfezado e desatinado Vieira. Segundo ele, aquela fala é somente sensação de linguagem, um engrolado enervante. E a descrição prima pelo colorido e pela visualidade. Dir-se-ia encontrarmos ali frente àqueles olhos e ouvidos de Vieira, diante de seu olhar de estranheza, de seu pasmo, mescla de desesperança e falta de rumo.



A situação lingüística, em tudo e por tudo, é agravante, um desastre não previsto ao escopo da Missão, porque a conversão à boca do labirinto da floresta amazônica é essencial à salvação, na luta contra as práticas do Diabo, isto são os padres que murmuram. Como deixar que continue sendo arrebatada ao inferno aquela infinita multidão de almas, os milhões de índios mencionados por todos os cronistas, desde Gaspar de Carvajal, os cronistas que por primeiro escreveram sobre as peripécias do estrangeiro pelo vasto mundo amazônico? Além disso, Vieira vem batendo na necessidade de uma conversão mais denodada porque

Não há gentios no mundo que menos repugnem à doutrina da fé, e mais facilmente a aceitem e recebam, que os Brasis [...] Outros gentios são incrédulos até crer; os Brasis ainda depois de crer são incrédulos: em outros gentios a incredulidade é incredulidade, e a fé é fé; nos Brasis a mesma fé, ou é ou parece incredulidade [...] Tal é a fé dos Brasis: é fé que parece incredulidade; e é incredulidade que parece fé [...] com a mesma facilidade com que aprenderam, desaprendem; e com a mesma facilidade com que creram, descrêem. (VIEIRA, 1959, V, p. 405-406).

A partir daí, Vieira formula sua conhecida metáfora acerca das estátuas, a de murta, vegetal fácil de moldar, mas de rápida decomposição:

em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural [...]. É necessário que assista sempre a estas estátuas o mestre [...] para que não dêem ouvido às fábulas de seus antepassados [...], para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da gentilidade. (VIEIRA, 1959, V, p. 409).

Em lado oposto há a estátua de mármore, difícil de operar, moldar, trabalhar, mas, em compensação, difícil de desmontar. Na seqüência desse Sermão do Espírito Santo, o discurso de Vieira despreza a idéia de arte estatuária, escultural para descrever a rudeza do índio e de sua língua. Agora, ele diz, sem meios termos, que o índio é que estátua que nada! O índio é tão bruto que aquilo é a própria inconsciência do mineral:

“Concedo-vos que esse índio bárbaro e rude, seja uma pedra” (VIEIRA, 1959, V, p. 424). E intensifica a conclamação: “Ensinai e doutrinai essas pedras, e fareis de pedras, não estátuas de homens, senão verdadeiros homens [...]” (VIEIRA, 1959, V, p. 424).

Mas como, com que língua? O problema é que “a palavra ouvir significa entender; [...] e o que se não entende, é como se não ouvira [...]; em muitas nações desta Conquista [...] há línguas [...] de tão escura e cerrada pronúncia, que se não ouvem” (VIEIRA, 1959, V, p. 414). E Vieira faz-se lingüista, quando desce aos detalhes de uma acurada análise:

Por vezes me aconteceu de estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas: umas tão delgadas e subtis, outras tão duras e escabrosas, outras tão inferiores e escuras, e mais afogadas na garganta, que pronunciadas na língua: outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo rigor, que tais línguas não se ouvem, pois se não ouvem delas mais que o sonido, e não palavras desarticuladas e humanas. (VIEIRA, 1959, V, p. 414-415).

Baldados os esforços quanto ao registro fonemático-fonético, o jesuíta manifesta um esforço de corrida, de saída por outras vias, isto é, apega-se à tentativa de conhecer as línguas nheengaíba em outra escala, ou de apreendê-las nos aspectos vinculados à organização morfológica numa série submetida à arrumação das palavras em classes gramaticais, como se o receptor europeu, movido à quimera de obter amparo pelos princípios da gramática, pudesse chegar ao entendimento pela classificação. Pelo menos isso, apega-se a esta precária saída, buscar entendimento atendo-se ao agrupamento dos termos, dos vocábulos, em classes gramaticais. Se falaz, entretanto, era o acesso pela fonética, faz-se maior vazio a tentativa pelo sistema classificatório. Senão, veja-se:

Mas haver de arrostar com uma língua bruta [...] sem livro, sem mestre, sem guia, e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces, e descobrir os primeiros rudimentos dela: distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas, como nos costumes: não há dúvida que é empresa muito árdua à vontade que não estiver muito sacrificada, e muito unida com Deus. (VIEIRA, 1959, V, p. 20).

Compreende-se a urgência e a aflição com que Vieira põe-se a conclamar a todos, a que todas as pessoas, sem exceção, participem de autêntica cruzada para vencer aquela situação angustiante. Observe-se como agora o Imperador insiste a que todos os europeus se façam missionários:

Cada um dos pais de família em sua casa por amor de Cristo, e por amor à vida eterna, ensine a todos os seus o que devem saber, encaminhe-os, exorte-os, repreenda-os, castigue-os, tire-

os das más ocasiões [...] Não só apóstolos os missionários, se não também os soldados e capitães; porque todos vão buscar gentios, e trazê-los ao lume da fé, e ao grêmio da Igreja. [...] como os homens fazem ofício de apóstolos na campanha, assim o podem fazer as mulheres em suas casa [...] doutrinando seus escravos e escravas dê ensino ao índio. [...] Os que sabeis a língua, tereis maior facilidade; os que não sabeis, tereis maior merecimento. (VIEIRA, 1959, V, p. 420-423).



Entre todos os colonos, homens e mulheres, ecoa o apelo insistente, urgente, acalorado. Diante da magnitude da tarefa, cabe não só à Missão ir às entranhas da selva fazer a sementeira da fé. É preciso despertar a consciência cristã onde quer que o índio se encontre. O Sermão do Espírito Santo repete este brado com insistência e ansiedade. Às vezes o clamor, o brado se enche de desespero. Se a palavra sofre fratura e esvaziamento, e pode pôr a perder a ação, é necessário buscar outros caminhos de aproximação com o índio. Fecha-se uma senda, abra-se outra, porque cabe tentar, intentar sempre. Faça-se a conversão onde se possa, como se possa. Abra-se mão da linguagem convencional feita de sons/fonemas significativamente articulados e feita de vocábulos arrumados em classes gramaticais. Recorra-se ao extralingüístico, a outros modos de falar. Abra-se espaço às representações semióticas. O Sermão da Epifania insiste nesta ponderação:

É necessário tomar o bárbaro à parte, e estar e instar com ele muito só por só, e muitas horas, e muitos dias: é necessário trabalhar com os dedos, escrevendo, apontando e interpretando por acenos o que se não pode alcançar das palavras: é necessário trabalhar com a língua, dobrando-a, e torcendo-a, e dando-lhe mil voltas para que chegue a pronunciar os acentos tão duros e tão estranhos: é necessário levantar os olhos ao Céu, uma e muitas vezes com a oração, e outras quase com desesperação, é necessário, finalmente, gemer, e gemer com toda a alma; gemer com o entendimento, porque em tanta escuridade não vê saída; gemer com a memória, porque em tanta variedade não acha firmeza; e gemer até com a vontade, por constante que seja, porque no aperto de tantas dificuldades desfalece e quase desmaia. Enfim, com a pertinácia da indústria, ajudado da graça divina falam os mudos, e ouvem os surdos; [...]. (VIEIRA, 1959, II, p.24-25).

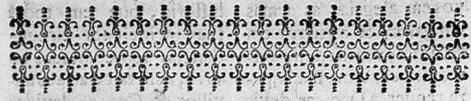
A obra de Vieira, assim como a dos demais cronistas da Amazônia colonial é pontilhada de menção aos línguas de ofício, pessoas geralmente bilíngües ou multilíngües, muitas vezes mamelucos, que atuavam como intérpretes. Muitas dores dos missionários e perdas aos índios decorreram de traduções simuladas, enganosas, em proveito do colonizador mal intencionado. Vieira reserva ásperas admoestações a esses práticos. Este é mais um aspecto a comprovar em que medida era vital, ao êxito das missões, o conhecimento dos falares nativos.

De tudo isso, havemos de extrair uma lição verdadeira: quando a rede de interesses funestos se lançava sobre os índios, só se dispunha a seu favor a voz da Missão e leis que, à distância da metrópole, se transformavam em palavras sem nenhuma importância na colônia encravada, perdida na distância absoluta da Amazônia. Lem-

bro que a gota d' água mediata da expulsão foi o roubo de correspondência vieiriana violada, sob o comando "do Provincial dos Carmelitas em 1659, na nau em que iam, na confusão do momento em que foi abordada pelo corsário, e enviado o destinado ao rei, como o destinado ao bispo, que havia falecido, para aqueles religiosos [carmelitas] do Brasil". Este trecho que transcrevo faz parte de um volume das "Maquinações do Pe. Antônio Vieira, da Biblioteca Nacional, Secção de Reservados, com o nº 2677, que insere um Aviso, que D. Pedro de Melo, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão [e Grão -Pará] fez a Vieira. O documento consta de VIEIRA, 1951, V, p. 151, 152. Lembro ainda que o terrível teor da carta violada de Vieira ao Rei e ao bispo do Japão solicitava aos jesuítas maior jurisdição nos assuntos atinentes à escravização, distribuição e trabalho dos índios. Vieira bem sabia quais eram as intenções religiosíssimas de algumas outras ordens católicas. O certo é que, apesar das reservas à atuação dos jesuítas como agentes adversos, mensageiros e ativistas do etnocentrismo, sem eles o genocídio teria sido de proporções inimagináveis. Por isso, é preciso recuperar o benefício da atuação de Vieira, de suas prédicas, do vasto de seu texto, de seu saber, sua inteligência, sua sensibilidade como instrumento de significativa salvação do ameríndio amazônico. É isso que afirmam, sem subjetivismos, os documentos práticos de Vieira, hoje talvez todos editados.

O grande texto do Padre Antônio Vieira é legítima confirmação desse intuito salvador, das almas, é verdade, que puxava ao livramento do corpo. Os exemplos citados neste ensaio são uma sólida ratificação de que é preciso ver os jesuítas por um ângulo que os diferencie dos cobiçosos colonos. E de algumas ordens muito bem conectadas aos interesses materiais dos colonos mercenários. Sem o respeito reiterado mundo afora a Vieira, sem sua magnífica lavra verbal, sem suas cartas, seus vários escritos, a mais perfeita e vibrante, poética verve lingüística, a sempre atual expressão em língua portuguesa, sem a luta dos jesuítas, as perdas, o aniquilamento do índio amazônico talvez fossem quase totais ou totais. Lembremo-nos de que sua violenta expulsão avaliza sua decisiva importância. Talvez os missionários jesuítas, tenham sido dos males, um menos horripilante. É o que grita a palavra de Antônio Vieira, de Felipe Bettendorff, de João Daniel. Como armas, manejavam, ideavam a palavra e a convicção de que, rompidas as fendas daquela muralha de diversidade lingüística, seria mais fácil e direto o acesso ao índio. Daí as repetidas conclamações, as exortações, os apelos emocionados, as súplicas, para que se estudassem os falares indígenas, o liame, a ponte desejada, buscada para o que eles defendiam como o paraíso, etnocêntrico, é certo, o qual, bem o sabemos hoje, significa o paraíso do poder daquela Europa sobre os povos que não conseguiram levar avante nenhuma guerra àquela opressão. No caso de Vieira, depois dessa travessia atormentada a uma língua de conversão, vencida essa parte, "dificultosíssima", urgente, dizia Vieira, cabia aprimorar, burilar eurocentricamente o índio, para que em seu lugar pudesse aflorar um homem novo, conformado ao mundo que a Europa dizia ser uma espécie regenerada, confirmação da ideologia cristã, a conquista da murta pelo mármore que, artisticamente burilado, isto é, convertido, fizesse aflorar do veio de pedra as graças do cristão não gentio, mas gentil. Seria o triunfo do mármore esculpado sobre o índio-pedra-bruta conforme a cartilha do colonizador.





SERMAM

DE

S. ANTONIO,

NA IGREJA, E DIA DO MESMO SANTO, havendo os Olandezes levantado o sitio, que tinhão posto á Bahia, affentando os seus quartéis, & batarias em frente da mesma Igreja.

Protegam urbem hanc, & salvabo eam propter me, & propter David servum meum. 4. Reg. 19.

S. I.

Nste he o lugar, onde por espaço de quarenta dias, & noytes, como o diluvio sustentou a Bahia, posta em armas aquella furiosa tormenta de trovões, relampagos, & raios Mar-

ciaes, com que a presumida hostilidade do inimigo, assim como tem dominado em grande parte os membros deste vasto Reino Unido, assim se atreveo a vir combater, & quiz tambem conquistar a cabeça. E neste mesmo lugar (Bemdita seja a Bondade, & Providencia Divi-

